

## PROJETO DE LEI N° DE 2023

(Do Sr. Fábio Teruel)

Dispõe sobre medidas de transparência na atuação da Procuradoria-Geral da República (PGR) e dá outras providências.

## O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei tem por objetivo estabelecer medidas que garantam maior transparência na atuação da Procuradoria-Geral da República (PGR), especialmente no que se refere ao arquivamento de investigações envolvendo autoridades com foro por prerrogativa de função.

- Art. 2º Toda decisão da Procuradoria-Geral da República que resulte no arquivamento de investigações envolvendo autoridades com foro por prerrogativa de função deverá ser acompanhada de:
- I relatório detalhado indicando as razões fáticas e jurídicas para tal decisão;
- II manifestação fundamentada sobre a pertinência e adequação das provas e depoimentos colhidos durante a investigação;



III - publicação do relatório e da manifestação em sítio eletrônico oficial da Procuradoria-Geral da República, garantindo o respeito ao sigilo das informações sensíveis, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º Fica estabelecido que qualquer cidadão, no exercício de sua cidadania, poderá requerer à Procuradoria-Geral da República informações adicionais sobre as decisões de arquivamento, conforme o disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

Art. 4º A ausência de justificativa, conforme estabelecido no art. 2º, poderá ser objeto de apuração de responsabilidade, nos termos da Lei Orgânica do Ministério Público e demais normativos aplicáveis.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

A transparência na atuação dos órgãos públicos é pilar fundamental da democracia e da confiança da população nas instituições. No cenário atual, em que crescem as demandas por maior prestação de contas e transparência nas ações dos Poderes da República, é indispensável que a Procuradoria-Geral da República, enquanto órgão máximo do Ministério Público Federal, atue de forma cada vez mais transparente e justificada.

O arquivamento de investigações, sobretudo aquelas envolvendo autoridades com foro por prerrogativa de função, gera inúmeras discussões e suspeitas na sociedade. Ao exigir que as razões para tais decisões sejam explicitadas e tornadas





públicas, este Projeto de Lei visa proporcionar à sociedade brasileira um entendimento claro das ações da PGR e fortalecer o controle social sobre as atividades do Ministério Público Federal.

Por fim, vale ressaltar que a transparência não serve apenas para evitar possíveis desvios ou falhas na atuação institucional, mas também para valorizar e destacar ações corretas e justificadas da Procuradoria-Geral da República, reforçando a sua imagem e confiabilidade perante a sociedade.

Por essas razões, espero contar com o apoio de meus ilustres pares para a aprovação do presente projeto, que busca fortalecer os valores democráticos, a transparência institucional e a confiança dos cidadãos nas instituições responsáveis pela aplicação da justiça e o Estado Democrático de Direito.

> Sala das Sessões, em de agosto de 2023

> > Deputado Federal FÁBIO TERUEL (MDB/SP)



